

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

**22^a REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA
BRASÍLIA, 16 A 19 DE JULHO DE 2000**

**SIMPÓSIO 03:
USOS E ABUSOS DA COMUNIDADE**

**Coordenador:
Giralda Seyferth (Museu Nacional/uFRJ)**

As comunicações desse simpósio visam refletir sobre os usos contemporâneos de um conceito sociológico reapropriado enquanto categoria social: a noção de *comunidade*. Central em obras de alguns dos "pais fundadores das Ciências Sociais", e na Antropologia social contemporânea, cruzou em variadas direções, ao longo do século as fronteiras de vários mundos sociais (da produção científica em Sociologia, Antropologia Social, Psicologia Social, de instituições governamentais, dos órgãos internacionais de desenvolvimento, de organizações não-governamentais, de movimentos sociais etc), tornando-se uma noção corrente no linguajar político de distintos segmentos sociais e no do Estado, assim como do senso comum intelectual. Neste processo de "migração" a noção de comunidade perde seu caráter de unidade em si, de uma forma de relação social (no sentido weberiano), passando a ser utilizada para designar certos fenômenos de cultura, reportável a sistemas de representação e marcadores identitários. As comunicações que integrarão o simpósio abrangerão diferentes universos empíricos, permitindo pensar processos sociais variados através dos usos do termo nestes contextos. De modo geral enfocarão as relações entre diferentes segmentos sociais e Estado como parte privilegiada dessa utilização do termo.

COMUNIDADE, ETNIA E OS DILEMAS DO NACIONALISMO BRASILEIRO.

Giralda Seyferth (MN/UFRJ)

A noção de comunidade, enquanto categoria social, vem sendo reapropriada por pesquisadores que estudam os fenômenos étnicos e nacionalismos. Não se trata de uma reabilitação dos chamados *estudos de comunidade*, nem, simplesmente, de pôr em foco o *local* num mundo globalizado. A comunidade é pensada como fenômeno de cultura (e não como unidade em si mesma), envolvendo a elaboração de identidades - o que supõe sistemas de representações. Nessa perspectiva, pretendemos analisar as formas simbólicas de apropriação da idéia de comunidade, enquanto delimitadora de pertencimento étnico ou nacional, expressadas no discurso nacionalista brasileiro e nas formulações de etnicidade produzidas por imigrantes, confrontados no período da grande imigração para o Brasil.

DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO: REFLEXÕES A PARTIR DO USO DA NOÇÃO DE COMUNIDADE EM PROJETOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL JUNTO A SOCIEDADES INDÍGENAS NO BRASIL.

Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ)

A noção de *desenvolvimento comunitário* foi extensamente utilizada, nas décadas de 70 e 80, para designar um conjunto de práticas de intervenção junto a segmentos sociais variados, notadamente entre sociedades indígenas. O objetivo desta comunicação é, partindo desse momento, mas considerando usos em décadas anteriores e em planejamentos atuais, refletir sobre a utilização da noção de comunidade enquanto instrumento de administração pública no Brasil em processos de mudança social induzida, correlacionando seu uso à disseminação de conhecimentos das ciências sociais e a representações correntes sobre as sociedades indígenas e seu futuro.

COMUNIDADE, SEXUALIDADE E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MODERNA

Patrick Larvie (Instituto de Estudos da Religião)

Nesse trabalho examino o modo pelo qual o conceito de comunidade tem sido mobilizado entre organizações homossexuais e autoridades sanitárias no Brasil desde o ano 1994. Mais precisamente, analisarei a noção de comunidade entre minorias sexuais como uma técnica administrativa, com importantes efeitos para a participação política de tais grupos nas área de saúde e, em menor grau, de segurança pública e justiça. Como ocorreu entre outras organizações comunitárias desde a Constituinte de 1988, o processo de inclusão de grupos homossexuais no gerenciamento de programas de combate à AIDS e à violência fundamenta-se nos princípios de democratização e de fortalecimento do papel de atores da

sociedade civil como vigilantes e reguladores do sistema democrático. Na última década, o princípio de desestatização - ou comunitarização - de alguns serviços básicos tem reforçado as parcerias entre organizações da sociedade civil e o governo, tendo um impacto importante para os grupos homossexuais. Mas a inclusão desses grupos em processos de decisão política é também marcada por peculiaridades - como a ênfase em retóricas psicologizantes de cidadania e uma delimitação tácita da sua participação - que demonstram os conflitos entre conceitos de comunidade, sexualidade e os princípios de administração moderna.

“ASSENTANDO COMUNIDADES” NA AMAZÔNIA CENTRAL: EMBARALHANDO TRADIÇÃO E MODERNIDADE ENTRE O RURAL E O URBANO.

Henry T. Barretto Filho (UnB)

Nesta comunicação abordo o recente processo de constituição de “comunidades” rurais na micro-região do baixo rio Negro, estado do Amazonas. Categoria nativa, o termo “[as]sentar uma comunidade” sinaliza uma relação de des/continuidade para com o “lugar” categoria vinculada a de “comunidade”, ambas gozando de um significado social local preciso. A criação dessas “comunidades” rurais parece resultar do encontro de dois vetores: de um lado, as demandas de administração de instituições/agentes extra-locais caracteristicamente modernos que as transcendem; e de outro, as trajetórias de grupos domésticos locais vinculadas a movimentos sócio-econômicos mais amplos. A análise desse processo e dos modos de relação dessas “comunidades” com cidades e vilas, permite repensar a distinção rural/urbano na Amazônia contemporânea.